



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638500 - SP (2021/0000969-7)**

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : LETICIA VIOLA  
**ADVOGADO** : LETÍCIA VIOLA - SP376131  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GABRIEL COLLETA TAMAROSSI (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GABRIEL COLLETA TAMAROSSI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2282347-77.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006).

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que o suposto crime foi cometido sem violência ou grave ameaça, que paciente é primário, com bons antecedentes, residência fixa e que a quantidade de droga apreendida não permite, por si só, concluir pela necessidade da segregação cautelar, que foi decretada com base na gravidade abstrata do delito.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva imposta ao paciente, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente